

RESUMO - DIREITO PRIVADO

TRISSOMIA DO 18 (SÍNDROME DE EDWARDS) E INTERRUÇÃO GESTACIONAL: UMA ANÁLISE DA (IN)COERÊNCIA JURISPRUDENCIAL BRASILEIRA ENTRE A AUTONOMIA REPRODUTIVA E A INVIOABILIDADE DO NASCITURO

Jordânia Da Silva Santos (santos.jordaniaa@gmail.com)

*Lidianne Kelly Nascimento Rodrigues De Aguiar Lopes
(lidianelopes@professor.uema.br)*

O estudo aborda a lacuna nas decisões acerca dos pedidos de interrupção gestacional em casos de diagnóstico de Trissomia do Cromossomo 18 (Síndrome de Edwards), anomalia fetal grave com prognóstico de sobrevivência extrauterina reduzido. O tema revela a ausência de um posicionamento concreto e pacificado no Poder Judiciário brasileiro. Assim, busca-se analisar como os tribunais têm se posicionado frente à tensão entre a autonomia reprodutiva da gestante tutelada pelos princípios da dignidade e integridade psíquica e a proteção constitucional da vida do nascituro. O problema de pesquisa centra-se na seguinte questão: em que medida a jurisprudência oscilante sobre a T18 compromete a segurança jurídica e a dignidade da gestante? O objetivo geral consiste em confrontar criticamente as decisões judiciais divergentes sobre a aplicação do precedente da ADPF n.º 54 enquanto

os objetivos específicos examinam o tratamento legal do tema no ordenamento jurídico brasileiro à luz do Código Penal e da Constituição Federal; identificar os fundamentos (biológicos, éticos e jurídicos) utilizados pelos tribunais para conceder (por analogia) ou negar a interrupção (legalidade estrita); bem como discutir o desequilíbrio entre o direito à vida potencial e a autonomia reprodutiva da gestante. A justificativa decorre da necessidade de mapear a lacuna no posicionamento e a incoerência jurisprudencial que viola a dignidade da gestante. Metodologicamente, adota-se a pesquisa documental e a análise jurisprudencial comparada, a fim de oferecer uma reflexão crítica sobre a insuficiência do critério de inviabilidade absoluta no contexto das malformações letais.

Palavras-chave: autonomia reprodutiva; síndrome de edwards; adpf 54; inviabilidade fetal; dignidade da pessoa humana.